

Às margens da memória: silêncios sobre a capoeira na Revista Educação Physica (1939-1944)

Jéferson Luís Staudt

Doutorando em Processos e Manifestações Culturais – Universidade Feevale
Nova Hamburgo, Rio Grande do Sul, Brasil

 <https://orcid.org/0000-0002-1117-8053>

E-mail: jefersonstaudt@feevale.br

Magna Lima Magalhães

Universidade Feevale, Nova Hamburgo, Rio Grande do Sul, Brasil

 <https://orcid.org/0000-0001-9691-4178>

E-mail: magna@feevale.br

Daniel Conte

Universidade Feevale, Nova Hamburgo, Rio Grande do Sul, Brasil

 <https://orcid.org/0000-0002-4251-3299>

E-mail: danielconte@feevale.br

Resumo: Este artigo discute sobre os silêncios acerca da capoeira na Revista Educação Physica entre os anos de 1939 e 1944, período em que Francisco de Assis Hollanda Loyola ocupava o cargo de diretor técnico do periódico. Em uma conjuntura política em que a capoeira era celebrada como ginástica nacional, Loyola e seus editores produziram um editorial que preserva os patrimônios étnico-culturais europeus e coloca a capoeira às margens da história e da memória da Educação Física brasileira.

Palavras-chave: Capoeira; Ginástica nacional; Memórias da Educação Física; Eurocentrismo; Trabalho.

On the margens od memory: the silence on capoeira in Educação Physica Magazine

Abstract: This article discusses the silence on capoeira in the Revista Educação Physica from 1939 to 1944, when Francisco de Assis Hollanda Loyola held the position of technical director of the journal. In a political conjuncture in which capoeira was celebrated as a national gymnastic, Loyola and his editors produced an editorial that preserves European ethnic-cultural heritage and places capoeira on the margins of the history and memory of Brazilian Physical Education.

Keywords: Capoeira; National gymnastics; Physical Education Memories; Eurocentrism; Job.

Texto recebido em: 05/12/2019

Texto aprovado em: 25/07/2020

Introdução

A capoeira, juntamente com o futebol, o samba e o carnaval, integra um conjunto de símbolos representativos da identidade nacional que conforma o imaginário do Brasil. Tombada como patrimônio imaterial do país, em 2008¹, a capoeira tornou-se uma manifestação cultural genuinamente brasileira. Seu estatuto de ícone nacional, entretanto, dissimula as diversas formas de repressão que marcaram o percurso histórico da prática no país (OLIVEIRA, LEAL, 2009).

Proveniente da experiência sociocultural dos africanos no Brasil, a capoeira surgiu como estratégia de resistência à escravidão e como síntese cultural de diversas identidades étnicas de origem africana². Porém, desde a sua emergência, no século XIX, a capoeira esteve associada ao mundo do crime, sendo duramente perseguida e reprimida pelo sistema policial (BRETAS, 1991). Thomas Holloway (1989) argumenta que a persistência do fenômeno da capoeira, mesmo sob a coerção do Estado, acabou se tornando um importante elemento de contestação à dinâmica de controle social e à síntese de exclusão do Estado.

Em todo caso, por ser entendida como prática ilícita, a capoeira raramente foi vista como manifestação cultural pertinente à identidade brasileira. A esse respeito, Carlos Eugênio Soares (1999) afirma que no início do século XIX os registros de prisão dos capoeiras, no Rio de Janeiro, apontavam para a preocupação com a formação de uma identidade africana, constituída a partir de códigos culturais próprios. Posteriormente, a repressão à prática foi regulamentada através do Código Penal de 1890 que, por intermédio do art. 402, do Capítulo XIII – “Dos vadios e capoeiras” –, proibiu que fossem realizados “nas ruas e praças públicas exercícios de agilidade e destreza corporal conhecidos pela denominação capoeiragem³”.

Com efeito, “vadios e capoeiras” foram se constituindo como termos intercambiáveis nos registros de prisão, em diálogo com a nova ética do trabalho instaurada no Pós-Abolição. A partir desse período a repressão à prática passou a integrar um projeto que visava potencializar o trabalho por intermédio da proibição de atividades como a capoeira, tida como sinônimo de vadiagem, ociosidade e incompatibilidade com o hábito de trabalhar⁴ (CHALHOUB, 2001).

No entanto, de prática proibida no século XIX e nas décadas iniciais do século XX, a capoeira passou a compor as discussões sobre a identidade brasileira nos anos 1930, com a ascensão de Getúlio Vargas ao poder. Dentre as providências

tomadas por Vargas durante o Estado Novo (1937-1945), a descriminalização da capoeira converteu a prática à manifestação cultural especificamente brasileira, devendo ser valorizada e estimulada como ginástica nacional em diversas instâncias⁵ (FONSECA, 2010).

Na época em que a capoeira foi oficializada como ginástica brasileira circulava pelo país a Revista Educação Physica, primeiro periódico especializado na Área lançado no Brasil. Produzida pela Companhia Brasil Editora (RJ), a revista atingiu o número de 88 edições publicadas entre 1932 e 1945, período em que se manteve em circulação⁶. Entre os anos de 1939 a 1944, o professor de Educação Física, Francisco de Assis Hollanda Loyola, assumiu a direção técnica do periódico⁷ logo após desligar-se da Ação Integralista Brasileira (AIB), extinta com a instauração do Estado Novo (1937-1945).

Tendo em vista os vínculos políticos de Hollanda Loyola com a extinta AIB, movimento político que defendia concepções racistas de unidade étnico-cultural (CRUZ, 2004), este estudo busca evidenciar a figuração da capoeira na Revista Educação Physica no período em que Loyola exercia o cargo de editor técnico do periódico. Para tanto, foram mapeadas todas as edições compreendidas entre setembro de 1939 a julho de 1944, o que corresponde a um total de 47 exemplares de periodicidade mensal.

Tomada como *documento/monumento* (LE GOFF, 1990), a Revista Educação Physica é concebida em seu potencial de fazer perpetuar na memória do esporte e da Educação Física determinadas práticas em detrimento de outras, que subsistem ao tempo como efeito de escolhas ligadas a relações de poder, já que a seleção nunca é desprovida de assimetrias e responde a interesses políticos específicos. Em decorrência disso, este texto opera com a noção de memória a partir da perspectiva de Michael Pollak (1992; 1989), que a compreende como um fenômeno socialmente construído e constitutivo do sentimento de identidade, capaz de definir o que é comum a um dado grupo e o que diferencia dos outros.

Silêncios sobre a capoeira: entre o desejo de branquear e o de modelar para o trabalho

A preservação de memórias guarda vínculos estreitos com o esquecimento, já que o registro de determinadas práticas decorre, necessariamente, do apagamento

de outras. Em virtude de sua função mediadora, a narrativa torna os abusos da memória abusos do esquecimento, pois assim “como é impossível lembrar de tudo, é impossível narrar tudo” (RICOEUR, 2007, p. 455).

Constituída por inúmeras narrativas, a Revista Educação Physica preserva parte da memória do esporte e da Educação Física brasileira. Por obra da sua dimensão seletiva, variados atletas e modalidades esportivas foram estrategicamente esquecidas por seus editores, o que torna o periódico um território de embates e disputas pela preservação de visões de mundo, identidades e técnicas do corpo⁸.

Dentre esses editores, Hollanda Loyola foi considerado um dos mais importantes intelectuais da Educação Física brasileira na virada dos anos de 1930 para 1940. Loyola participou ativamente da constituição de métodos e programas de ensino para a Área⁹ e à frente da direção técnica da Revista Educação Physica assinou diversos artigos cuja tônica girou em torno da defesa de um método nacional para a Educação Física brasileira.

Aos olhos de Loyola, o método brasileiro carecia da especificidade e da unidade de doutrina indispensáveis “para assegurar o êxito de qualquer plano geral de educação” (LOYOLA, 1941a, p. 66). As formas diversas de orientação, sistematização e execução do ensino da Educação Física tornavam imprescindível, para ele, a organização de um método uniforme e genuinamente nacional. Entretanto, sua elaboração reclamaria minuciosos estudos acerca da realidade sociopolítica do Brasil, para que o método fosse efetivamente construído, a partir dos parâmetros nacionais: “precisamos de um método de educação física nosso, elaborado para o nosso povo, que se ajuste às características de nossa raça e de nosso clima, que consulte de forma imediata os interesses de nossa formação político-social” (LOYOLA, 1941b, p. 9).

Portanto, Loyola entendia que as especificidades étnico-raciais do país, por exemplo, deveriam ser consideradas na construção do método nacional de Educação Física, ideia que defendeu em distintas publicações¹⁰. Com efeito, a valorização dos traços étnico-raciais da nação recebia respaldo político, já que na época o Brasil começava a pensar a si mesmo como país mestiço e constituído por características étnico-culturais próprias (ORTIZ, 1994).

A metodização da Educação Física atraía o interesse de variados intelectuais contemporâneos a Loyola, caso de Inezil Penna Marinho¹¹ (ALMEIDA, 2008), responsável, na época, pela tentativa mais concreta de aproximar a Educação Física

da cultura nacional. Na ocasião do concurso, “Contribuições para o Método Nacional de Educação Física”, promovido pelo Ministério da Educação e Saúde (MES), em 1944, Marinho submeteu ao evento a monografia, “Subsídios para o estudo da metodologia do treinamento da capoeiragem”, obra em que propôs a capoeira como ginástica e método nacional para a Educação Física (DALBEN, 2011).

A monografia defendia a sistematização da capoeira tal qual os métodos ginásticos europeus – sueco, alemão e francês – que vinham norteando o ensino da Educação Física no Brasil. Apesar de a obra ter sido premiada pelo MES, a capoeira não foi admitida como método ginástico nacional. Em todo caso, sua proposta representou, como dito, a iniciativa mais sólida na direção de pedagogizar e positivar a capoeira por meio da Educação Física, já que Marinho pretendia afirmá-la como símbolo étnico da cultura nacional brasileira (DALBEN, 2011).

Propostas como a de Marinho dialogavam com a imagem de Brasil mestiço que se firmava à época, misto na biologia e na cultura do samba, do futebol, do candomblé e da capoeira. O reconhecimento da miscigenação esteve no cerne das estratégias políticas do Estado Novo (1937-1945), pois, sedimentava a ideia da inexistência do racismo no Brasil ao mesmo tempo em que permitia ao país pensar-se uno em termos étnico-culturais (SPECHT; SILVA, 2014).

Entretanto, o estímulo à capoeira como ginástica ou manifestação da cultura nacional não teve repercussão na Revista Educação Física, nem mesmo nos escritos de Hollanda Loyola e de Inezil Penna Marinho, assíduo colaborador do periódico. Ao invés disso, o ingresso de Loyola ao cargo de editor técnico da revista corresponde à publicação, a partir da edição nº 35, de uma série de “Lições de Educação Física” destinadas às escolas do Brasil e que tinham como eixo pedagógico o método ginástico francês (ALMEIDA, 2008).

Através dessas lições, Loyola e seus editores¹² normatizavam a ginástica francesa como única possibilidade de ensino da Educação Física no Brasil. Embora a revista se achasse em um contexto de enaltecimento da mestiçagem e da cultura afro-brasileira, fortemente articulada ao projeto de construção da identidade nacional, Hollanda Loyola silencia acerca da capoeira e advoga em favor do método francês de ginástica, pois, segundo ele se tratava de “um método criado e desenvolvido por um povo que tem profundas afinidades étnicas conosco, o imortal povo francês, cuja civilização serviu de égide à formação de nossa cultura e cujo tronco racial nos é comum” (LOYOLA, 1941a, p. 53).

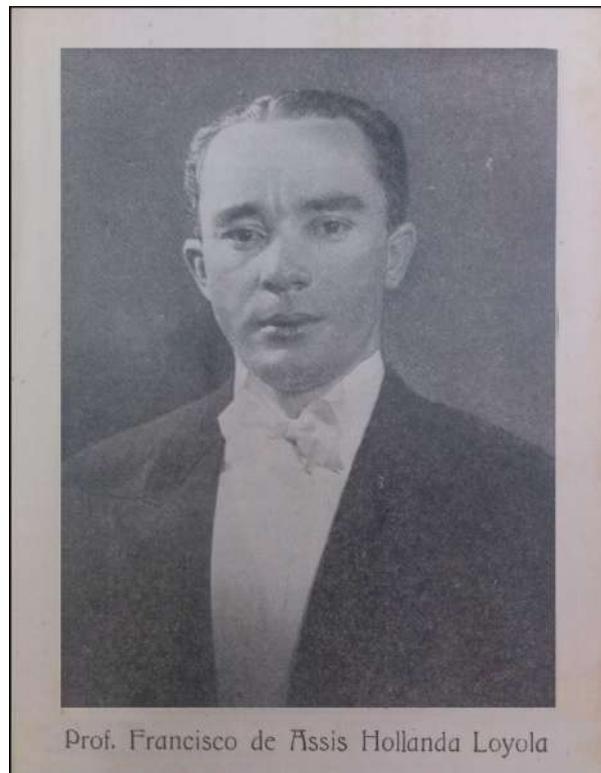
Contraditoriamente, a importância que atribuía às características étnico-raciais da nação e na contramão do aparecimento de narrativas, que viam a miscigenação como característica genuína do país, Loyola justificava o uso do método francês com base em uma visão distorcida de sociedade que omitia a diversidade étnico-cultural brasileira em benefício de um ideal eurocêntrico de nação. Essa contraposição, por outro lado, colocava à mostra a dimensão discursiva da identidade nacional (HALL, 2001), que não existindo de forma autônoma, era formada por representações que delimitavam os contornos da nacionalidade a partir de parâmetros étnico-culturais distintos e politicamente orientados.

Dessa forma, o discurso em favor de uma identidade nacional branca denotava o próprio “pertencimento” de Loyola à cultura e ao grupo étnico-racial europeu, visto que as “representações de identidade são sempre qualificadas em torno de atributos, características e valores socializados em torno daqueles que integram o parâmetro identitário” (PESAVENTO, 2003, p. 90) e que se colocam como “norma” em relação à diferença.

Assim sendo, como homem branco (figura 1), Hollanda Loyola afirmava sua própria identidade étnico-racial ao mesmo tempo em que partilhava a imagem de si para os outros (POLLAK, 1992) e, ao fazê-lo, ignorou a diversidade étnico-cultural da nação e a homogeneizou aos moldes do grupo ao qual demonstrava solidariedade, afeição e relação afetiva.

A percepção de Loyola guardava estreitas afinidades com os ideais sustentados pelo movimento integralista, que nos anos 1930 aspirou ao Governo com um projeto que pretendia legar unidade étnico-cultural à nação por meio do estímulo à miscigenação, concebida no integralismo sob a perspectiva do branqueamento racial. Contudo, esse ideal racista não era propagandeado abertamente pelos integralistas, sob pena de macular os princípios cristãos que alicerçavam o movimento (CRUZ, 2004).

Para tanto, os integralistas usavam como estratégia o argumento de que a sociedade brasileira era genuinamente mestiça de negros, índios e brancos e, portanto, a miscigenação era uma “tradição histórica” que deveria compor o projeto nacionalista da AIB. Nessa direção, alegavam que tanto o negro quanto o indígena eram “cordiais” à mistura racial e que tendiam ao branqueamento no cruzamento com o branco, supostamente superior do ponto de vista biológico e cultural (CRUZ, 2004).



Fonte: Revista Educação Physica, ed. 81, 1944, p. 3.

FIGURA 1

Francisco de Assis Hollanda Loyola

Na Revista Educação Physica, a aderência de Loyola aos padrões europeus deslocava o corpo e as heranças culturais negras do ideal de identidade brasileira. Perspectiva que condizia com a concepção eurocêntrica e binária de cultura acolhida ao longo de todo o editorial e que reconhecia a civilidade, a vanguarda e a cultura como atributos do continente europeu – especialmente, da Grécia – e que deveriam inspirar o projeto de nação para o Brasil.

Sem desqualificar abertamente a capoeira, enquanto cultura afro-brasileira, os editores do periódico usavam como estratégia o silêncio acerca das práticas não-brancas e, nessa ordem, potencializavam os códigos culturais europeus. Deslocada da “centralidade” europeia “a capoeira atendia a um padrão estético e simbólico extraocidental, não correspondendo ao que se estabelecia como referencial de cultura nacional” na revista, uma vez que “os símbolos veiculados pela prática da capoeira estavam carregados de valores produzidos na experiência afro-diaspórica no Brasil” (OLIVEIRA, LEAL, 2009, p. 46).

Por esse motivo, supõe-se que a preservação dos monumentos europeus exigia a censura da capoeira, que se fosse propagandeada, contestaria o próprio ideal eurocêntrico advogado pelo periódico. O acervo gestual da capoeira preserva identidades, memórias sociais e visões de mundo que perturbariam os paradigmas europeus, gerando uma ruptura na fronteira daquilo que Loyola e seus colaboradores definiam como “nacional”.

A valorização da capoeira significaria, em sentido amplo, o reconhecimento da história, da ancestralidade e da cultura afro-brasileira na e pelas técnicas do corpo. Entretanto, a prerrogativa do registro e do esquecimento perpassa relações de poder que tornam a preservação das memórias e das identidades étnico-culturais “valores disputados em conflitos sociais e intergrupais, e particularmente em conflitos que opõem grupos políticos diversos” (POLLAK, 1992, p. 5).

Enquanto fenômeno construído, a memória é produzida consciente ou inconscientemente por indivíduos como Hollanda Loyola, que, partindo das práticas que acolhia e das que silenciava, definia as fronteiras da nacionalidade brasileira a partir dos modos como se reconhecia. Não se tratando de um registro ingênuo, as memórias do esporte e das práticas étnicas foram preservadas no periódico desde uma relação hierárquica e seletiva, que “ao definir o que é comum a um grupo e o que o diferencia dos outros, fundamenta e reforça os sentimentos de pertencimento e as fronteiras socioculturais” (POLLAK, 1989, p. 3).

Por outro lado, cabe sinalizar, conforme manifestado anteriormente, que no período de direção técnica de Loyola, a ginástica francesa era o método oficial de ensino da Educação Física nas escolas de todo o Brasil, portanto, a ênfase dada à prática cumpria as orientações previstas pelo programa de ensino do MES¹³. Nesse tocante, é interessante observar que a descriminalização da capoeira e a sua ressignificação como símbolo da cultura nacional, durante o Governo Vargas, não repercutiu em alterações nas bases curriculares nacionais visando à escolarização da prática. Por esse motivo, a premiação cedida pelo MES à monografia de Inezil Penna Marinho, ao que parece, apenas alimentava uma retórica de inclusão étnico-cultural que, de fato, não acontecia, haja vista a não adoção da capoeira como método nacional para a Educação Física e levando em consideração o fato de que o discurso da identidade nacional apagava a memória e as raízes étnico-culturais das heranças negras em prol de uma narrativa uníssona de nação¹⁴.

Além disso, mesmo frente ao esforço varguista de desvincular a capoeira da “vadiagem”¹⁵, como vinha sendo concebida nas primeiras décadas do século XX, há

registros de capoeiras presos no ano de 1938 sob a acusação de “ociosidade”, ou seja, no período posterior à descriminalização e à ressignificação política da prática (BARBOSA, 2015).

Nos anos 1930, a difusão da moral e do civismo “inerentes” ao trabalho exigia o disciplinamento do corpo operário e das práticas cotidianas refratárias ao ideal de nação trabalhadora e apta a prover o progresso socioeconômico do país (GOMES, 1999). Tendo em vista que o estigma do ócio e da apatia ainda balizava os modos de ver a capoeira na época, seus praticantes eram previamente identificados como “vadios”, sem ocupação e resistentes ao trabalho. Em decorrência disso, a prisão dos capoeiras visava, sobretudo, sua regeneração moral e reinserção na sociedade como indivíduos produtivos, cuja capacidade para trabalhar era atestada via exames de validade (BARBOSA, 2015).

Em contrapartida, na Revista Educação Physica a ginástica europeia concentrava predicados totalmente contrários àqueles atribuídos a capoeira, já que o método ginástico francês, especialmente, era visto como prática capaz de disciplinar e avigorar o corpo para o trabalho. Realizado sob o rigor do tempo e do controle dos gestos, entendia-se que seus exercícios afluíam para a formação de indivíduos úteis a sociedade pela Educação Física, incumbida da tarefa de modelá-los para uma “vida utilitária [tornando-os] elementos produtivos” (LOYOLA, 1940a; 1939d; 1939c, p. 9).

Desde a sua emergência no século XIX, no Ocidente europeu, a ginástica foi sistematizada para otimizar as forças físicas com a mínima despesa de energia. Oriunda de um conjunto de práticas de artistas de rua – acrobatas, funâmbulos, etc. – que foi copiada e remodelada sem deixar vestígios acerca da sua memória popular, a ginástica surgiu como praxe racional e científica capaz de ampliar as forças para o trabalho (SOARES, 2006).

Nesse sentido, a publicação regular das “Lições de Educação Física” além de normatizar a prática da ginástica francesa indicava que a formação de indivíduos trabalhadores e produtivos seria alcançada por meio dessa praxe. A afeição ao trabalho, com efeito, aparecia na revista como sinônimo de civismo e um compromisso pedagógico da Educação Física brasileira, destinada a formar indivíduos dispostos para o trabalho e úteis à nação, do ponto de vista econômico.

Essa produtividade seria otimizada pela Educação Física através do disciplinamento moral capaz de desenvolver o “interesse pelo trabalho” (LOYOLA, 1939b, p. 13) e pelo incremento da saúde, uma vez que o estado salutar

asseguraria “ao indivíduo a amplitude de uma vida produtiva e útil [e] à sociedade consistência e progresso” (LOYOLA, 1940c, p. 9). A preservação da saúde física representava, para os editores do periódico, a possibilidade de “emprêgo da máquina humana com o máximo de rendimento e o mínimo dispêndio de energia”. Condições de saúde e desempenho tidos como ideais para suprir aos interesses do Estado (ROLIM, 1940, p. 73).

Na época, o desejo de ampliar a força de trabalho da população resultou em políticas públicas destinadas à melhoria das condições de saúde do operariado. Somava-se a isso o investimento do Estado em estratégias ideológicas que visavam tornar consensual a ideia de que o trabalho era um dever cívico e um encargo moral do cidadão com a pátria¹⁶. Nessa perspectiva, a política varguista deu ênfase especial às áreas educacionais e, em virtude disso, a preparação moral e física para o trabalho fora inserida como afazer pedagógico da Educação Física, convidada a auxiliar no progresso econômico e industrial da nação (GOMES, 1999).

A ressonância, portanto, do valor moral e cívico do trabalho na Revista Educação Physica a constituía como espaço de arregimentação político-econômica e de ratificação da Educação Física como disciplina encarregada de incrementar a força produtiva da população. Em decorrência disso, parece razoável supor que o periódico não daria visibilidade à capoeira, tendo em vista sua relação com o ócio e devido ao fato de que a própria noção de improdutividade era vista como um “legado” africano que urgia o disciplinamento moral da Educação Física:

Pelo desenvolvimento das qualidades morais, que a educação física desperta, isto é, desenvolvendo o caráter, a audácia, o sangue frio, o espírito combativo, arrancará o nosso povo da apatia e resignação, legada pela influência africana, tornando-o mais otimista, mais confiante em si próprio, e principalmente, mais produtivo e creador (BALDARINY, 1940, p. 38).

Dessa forma, a forja de indivíduos produtivos passaria pela regeneração moral proporcionada pela Educação Física, cuja ideia de moralidade e produtividade era constituída na negação à ociosidade “característica” das heranças africanas e que denotava objeção a moral do trabalho potencializada pela Revista Educação Physica. Embora o periódico não tenha estabelecido relações diretas entre a capoeira e o ócio, a prática pode ser pensada como parte daquilo que pejorativamente era reconhecido como “influência africana” e que deveria ficar à

margem do projeto de educação para o trabalho proposto pela revista bem como do seu ideário de nação branca.

Assim, sob a intenção de se construir a imagem de um país homogêneo, fez-se necessário tornar menos evidente a diversidade étnico-cultural como forma de celebrar uma identidade nacional. Nesse “jogo” de memórias e silêncios, a revista colocava à margem os patrimônios étnico-culturais afro-brasileiros e todas aquelas práticas que se distanciavam da cultura europeia e que representavam inaptidão para as atividades laborais. Dessa forma, visando educar para o trabalho, o periódico advogava em favor da aplicação da ginástica francesa na Educação Física, prática que ocupava o ponto médio entre o desejo de branquear e de intensificar a capacidade produtiva da população.

Nesse sentido, embora o predomínio do ideário da “democracia racial brasileira”, a ideologia do branqueamento persistia no Estado Novo, de modo velado, em periódicos como a Revista Educação Physica. Apesar de ter sido uma tese influente até a década de 1930, o branqueamento permeava, sobretudo, os debates sobre miscigenação e imigração. Na época, a imigração, pensada como estratégia de branqueamento, inspirou a criação de uma política imigratória que privilegiasse a entrada no país de imigrantes brancos, ocidentais e produtivos (CARNEIRO, 2013), ou seja, de indivíduos com perfil semelhante àquele sustentado pelo periódico.

Enquanto fonte de pesquisa, a Revista Educação Physica nos presentifica com certas memórias do esporte e da cultura corporal, silenciando outras. As memórias que subsistem ao tempo, como monumentos, permanecem como efeito de uma seleção destituída de isenção e que visava perpetuar as memórias e a posição privilegiada dos patrimônios culturais europeus. Nessa arena de disputas em torno da preservação de identidades étnico-culturais, o país imaginado pela revista não diz respeito apenas às lutas simbólicas do seu tempo, significa também e, sobretudo, a tentativa de perenizar uma dada imagem de Brasil branco, trabalhador e produtivo.

Considerações finais

De manifestação mestiça, antissocial e incivilizada até os anos 1930, a capoeira teve seus significados reelaborados e reorientados politicamente pela

campanha de nacionalização empreendida pelo Estado Novo (1937-1945). A ressignificação da capoeira se deu na esteira da exaltação do “Brasil mestiço”, entendido como retórica estrategicamente usada como forma de não enfrentamento e de ocultação dos conflitos desencadeados pelos processos de diferenciação étnico-cultural e que representavam, naquele momento, um empecilho à coesão nacional pretendida pela política varguista.

Como parte da imprensa periódica do período, a Revista Educação Physica foi tomada como documento/monumento capaz de preservar memórias do esporte e da cultura corporal na estreita ligação com as relações de poder que permeiam as práticas da documentação e da memorização. Como local de memória, percebeu-se que a revista, durante a direção técnica de Hollanda Loyola (1939-1944), preserva os patrimônios étnico-culturais europeus e coloca a capoeira às margens da memória da Educação Física brasileira.

Em sentido amplo, o ideal de nação eurocêntrica sustentado pelo periódico constituía a raça e cultura negra como estranhas a identidade brasileira, indo na contramão da imagem de “Brasil mestiço” que se sedimentava naquele momento. Frente ao desejo de branquear – em termos físicos e culturais – e de forjar corpos dóceis, avigorados e aptos para o trabalho, pode-se dizer que o estímulo à ginástica francesa foi estrategicamente usado para cumprir essa dupla intenção política.

NOTAS

1. A capoeira foi registrada como patrimônio cultural brasileiro no dia 15 de julho de 2008, em Salvador - BA, por indicação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), órgão veiculado ao Ministério da Cultura (MinC) (OLIVEIRA, LEAL, 2009)
2. Embora criada pelos povos africanos no Brasil, a capoeira obteve a aderência de brancos, estrangeiros, policiais e membros elite social brasileira, sobretudo, a partir da segunda metade do século XIX. As relações étnico-raciais que permeavam a prática repercutiram em influências culturais mútuas, inclusive, modificando o horizonte cultural da capoeira (SOARES, 1999).
3. Decreto nº 847, publicado em 11 de outubro de 1890. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-847-11-outubro-1890-503086-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 10/01/2019.
4. O estímulo ao trabalho também demandou a desconstrução do seu viés degradante, herdado do período escravocrata. A afirmação da moral e da dignidade do trabalho não foi uma empreitada simples, já que no Brasil havia persistido durante quatro séculos o trabalho escravo e, portanto, a configuração liberal que pretendia articular o trabalho à cidadania sempre foi uma perspectiva ausente no país (GOMES, 1999).
5. Na época, a criação das Escolas de Capoeira Regional e Angola marcaram o princípio da expansão cultural da Capoeira pelo Brasil e conseqüente processo de vulgarização da

- prática pelo país. Ambas as escolas foram criadas na Bahia pelos Mestres Bimba e Pastinha, respectivamente (FONSECA, 2010).
6. São considerados os primeiros periódicos específicos da Área, a Revista Educação Physica e Revista Educação Física do Exército, ambos lançados nos anos 1930 (FERREIRA NETO, 2002).
 7. Além de Hollanda Loyola, a revista também foi editada pelos professores de Educação Física, Paulo Lotufo, Oswaldo Murgel Rezende e Roland de Souza (SCHNEIDER, FERREIRA NETO 2004).
 8. Maneiras tradicionais de homens e mulheres se servirem de seus corpos, as técnicas corporais são idiosincrasias de contextos socioculturais específicos (MAUSS, 2003).
 9. Além da autoria de diversos livros, atuou como inspetor de Educação Física junto ao Ministério da Educação e Saúde (MES) e presidiu o Departamento de Educação Física Superior da Associação Brasileira de Educação Física (ABEF) (SIMÕES, GOELLNER, 2012).
 10. Como exemplo, indicamos os textos: “Educação Física”. *Revista Educação Physica*, Rio de Janeiro, ed. 35, p. 9 e 65. 1939a e “Forja de Nacionalidade”. *Revista Educação Physica*, Rio de Janeiro, ed. 41, p. 9. 1940b.
 11. Considerado um dos maiores intelectuais da Educação Física brasileira, Marinho formou-se instrutor pela Escola de Educação Física do Exército (EsEFEx), em 1938 e no ano seguinte, assumiu o cargo de sub-assistente na Divisão de Educação Física (DEF) do Ministério da Educação e Saúde (MES), criada pelo Governo Vargas para estruturar o ensino da Educação Física no Brasil (DALBEN, 2011).
 12. Das 28 “Lições de Educação Física” publicadas entre as edições nº 35 e 62, Hollanda Loyola teria sido responsável por 14 delas. Das outras 14 lições, 13 não foram assinadas, enquanto uma indica ter sido escrita pelo professor de Educação Física, Roland de Souza (ALMEIDA, 2008).
 13. O método ginástico francês, por exemplo, vinha sendo aplicado nas instituições militares desde 1921 e em 1929, todas as escolas civis de ensino primário deveriam incorporá-lo às práticas docentes. Em 1931, por intermédio do “Regulamento Geral de Educação Física”, o método francês de ensino da Educação Física tornou-se obrigatório nas instituições de ensino primárias, secundárias e superiores (SILVA, 2014).
 14. O discurso do “mestiço nacional” desafrikanizou vários elementos da cultura negra, caso da feijoada, do samba e da capoeira, que foram simbolicamente clareados. Portanto, a exaltação da mestiçagem era uma retórica que não se concretizava do ponto de vista sociocultural, já que a população negra / mestiça ainda sofria com a discriminação sociocultural (SCHWARCZ, 1998).
 15. Para Getúlio Vargas, a Capoeira Regional potencializaria predicados morais e físicos condizentes com o projeto de disciplinamento social previstos pela política estado-novista (FONSECA, 2010).
 16. Empreendimento complexo para um país onde o labor escravo tinha sido abolido havia quarenta anos e, portanto, a afirmação da dignidade e do civismo pelo trabalho era uma ideia muito incipiente (GOMES, 1999).

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Felipe Quintão. Unidade de doutrina e Pedagogia da Educação Física nos escritos de Hollanda Loyola (1939-1944). *Revista da Educação Física*, Maringá, v. 19, n. 2, p. 291-303, 2008.

BALDARINY, Humberto. Educação Física como assistência social à infância. *Revista Educação Physica*, Rio de Janeiro, e. 45, p. 39-41, 1940.

BARBOSA, Suzana Corrêa. “Peças fora engrenagem”: os capoeiras presos por capoeiragem e seus processos criminais (1920-1940). In: *XXVIII Simpósio Nacional de História. Lugares dos historiadores: velhos e novos desafios*, 2015. Florianópolis/SC. *Anais...* Florianópolis/SC: ANPUH/UFSC, 2015.

BRETAS, Marcos Luiz. O império da navalha e da rasteira: a República e os capoeiras. *Revista de Estudos Afro-Asiáticos*, n. 20, 1991.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. Racismo e imigração: o modelo ideal do homem trabalhador no campo e na cidade (1930-1945). In: PASATTI, Matteo (org.). *Tra due crisi Urbanizzazione, mutamenti sociali e cultura di massa tra gli anni Trenta e gli anni Settanta*, 2013, p. 111-140.

CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque*. 2. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2001.

CRUZ, Natália dos Reis. *O integralismo e a questão racial: a intolerância como princípio*. Rio de Janeiro, 2004. Tese (Doutorado) – Universidade Federal Fluminense.

DALBEN, André. Inezil Penna Marinho: formação de um intelectual da educação física. *Movimento*, Porto Alegre, v. 17, n. 1, p. 59-76, 2011.

FERREIRA NETO, A. et al. *Catálogo de periódicos de educação física e esporte (1930- 2000)*. Vitória: Proteoria, 2002.

FONSECA, Vivian. A capoeira e o mundo do trabalho: embates a cerca da profissionalização. *Cadernos AEL*, v. 16, n. 28, p. 119-141, 2010.

GOMES, Angela de Castro. Ideologia e trabalho no Estado Novo. In: PANDOLFI, Dulce (org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999, p. 53-73.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 5. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

HOLLOWAY, Thomas. O saudável terror: repressão policial aos capoeiras e resistência dos escravos no Rio de Janeiro no século XIX. *Revista de Estudos Afro-Asiáticos*, n. 16, 1989.

LE GOFF, J. *História e memória*. São Paulo: Editora da UNICAMP, 1990.

LOYOLA, Hollanda. Educação Física. *Revista Educação Physica*, Rio de Janeiro, e. 35, 1939a.

LOYOLA, Hollanda. Educação Física Infantil (dos 4 aos 6 anos). *Revista Educação Physica*, Rio de Janeiro, e. 34, 1939b.

LOYOLA, Hollanda. Educação Física infantil: Terceira infância. *Revista Educação Physica*, Rio de Janeiro, e. 43, 1940a.

LOYOLA, Hollanda. Educação Moral. *Revista Educação Physica*, Rio de Janeiro, e. 37, 1939c.

LOYOLA, Hollanda. Educação Física Naval. *Revista Educação Physica*, Rio de Janeiro, e. 55, 1941a.

- LOYOLA, Hollanda. Forja de nacionalidade. *Revista Educação Physica*, Rio de Janeiro, e. 41, 1940b.
- LOYOLA, Hollanda. Lição de Educação Física. *Revista Educação Physica*, Rio de Janeiro, e. 35, 1939d.
- LOYOLA, Hollanda. Saúde, beleza e alegria. *Revista Educação Physica*, Rio de Janeiro, e. 45, 1940c.
- LOYOLA, Hollanda. Unidade de Doutrina. *Revista Educação Physica*, Rio de Janeiro, e. 50, 1941b.
- MAUSS, Marcel. As técnicas do corpo. In: *Sociologia e antropologia*. São Paulo: Cosac & Naif, 2003, p. 399-422.
- OLIVEIRA, Josivaldo Pires de; LEAL, Luiz Augusto Pinheiro. *Capoeira, identidade e gênero: ensaios sobre a história social da capoeira no Brasil*. Salvador: EDUFBA, 2009.
- ORTIZ, Renato. *Cultura brasileira e identidade nacional*. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- PESAVENTO, S. J. *História & história cultural*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.
- POLLAK, Michael. Memória, esquecimento e silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.
- POLLAK, Michael. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.
- RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Ed. da Unicamp, 2007.
- ROLIM, Inácio de Freitas. Educação Moral e Educação Física. *Revista Educação Physica*, Rio de Janeiro, e. 45, 1940.
- SCHNEIDER, Omar; FERREIRA NETO, Amarílio. Estratégias editoriais, enciclopedismo, produtos e publicidade na revista *Educação Physica* (1932-1945). *Movimento*, Porto Alegre, v. 10, n. 3, p. 23-52, 2004.
- SCWARCZ, Lília Moritz. Nem preto nem branco, muito pelo contrário: cor e raça na intimidade. In: SCHWARCZ, Lília Moritz (org.). *História da vida privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 173-245.
- SILVA, André. *Nos domínios do corpo e da espécie: eugenia e biotipologia na constituição disciplinar da educação física*. Porto Alegre: Orquestra, 2014.
- SIMÕES, Renata; GOELLNER, Silvana. Educação Física e esportes na Ação Integralista Brasileira: Hollanda Loyola e a educação do corpo. *Revista Brasileira de Educação Física e Esporte*, v. 26, n. 2, p. 263-272, 2012.
- SPECHT, Roberta; SILVA, Mozart. Canto orfeônico, democracia racial e biopolítica na Era Vargas (1930-1945). *Revista Jovens Pesquisadores*, v. 4, n. 2, p. 108-117, 2014.
- SOARES, Carlos Eugênio Libano. *A negregada instituição: os capoeiras na corte imperial, 1850-1890*. Rio de Janeiro: ACCESS, 1999.
- SOARES, Carmem Lucia. Corpo, conhecimento e educação: notas esparsas. In: SOARES, Carmem Lucia (org.). *Corpo e história*. 3. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2006, p. 109-130.

Jéferson Luís Staudt é Doutorando e Mestre em Processos e Manifestações Culturais e Licenciado em Educação Física pela Universidade Feevale, no Rio Grande do Sul.

Magna Lima Magalhães é Professora do Curso de História e do Programa de Pós-Graduação em Processos e Manifestações Culturais da Universidade Feevale. Graduada e Doutora em História pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS).

Daniel Conte é Professor do Programa de Pós-Graduação em Processos e Manifestações Culturais e dos Mestrados Profissionais em Letras e Indústria Criativa da Universidade Feevale. Doutor em Literatura Brasileira, Portuguesa e Luso-africana, e Mestre em Literatura Comparada e Graduado em Letras pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

Como citar:

STAUDT, Jéferson Luís; MAGALHÃES, Magna Lima; CONTE, Daniel Às margens da memória: silêncios sobre a capoeira na Revista Educação Physica. *Patrimônio e Memória*, Assis, SP, v. 16, n. 2, p. 159-174, jul./dez. 2020. Disponível em: pem.assis.unesp.br.